



**COIMBRA:
DA CRISE
À REFORMA**

UM REFLEXO DA PROCURA CRESCENTE DE PESSOAL ESPECIALIZADO

Pensa o dr. VÍTOR MATOS (E SÁ)

DIÁRIO DE LISBOA 10 de Fevereiro de 1971

Um catedrático da Faculdade de Direito, o dr. Teixeira Ribeiro, e um professor da Faculdade de Letras, o dr. Vitor Matos (e Sá) pronunciaram-se hoje sobre a proposta do ministro da Educação para a reforma da Universidade. Depoimentos breves, mas nem por isso menos significativos.

Pedem-me uma opinião breve sobre o actual projecto de uma reforma da educação nacional — o que me obriga (agui e agora) a não ir além dum esboço da lógica interna a que se obedecerá e a cuja luz importará proceder à análise dos pontos programáticos que a põem em jogo.

Os textos básicos que o M. E. N. acaba de sujeitar a de-

bate público pressupõem uma política educacional inserida, objectivamente, no actual processo de «modernização» do País (ao nível das estruturas administrativas e produtivas, das relações públicas e do trabalho), cujas tensões explicam que a própria definição programática da reforma coincide com a consciência oficial de que se trata de uma questão de sobrevi-

vência para o povo português — como bem declara o sr. ministro da Educação.

Portanto, uma discussão construtiva exige, antes de mais, a compreensão das relações entre o sistema educacional e o sistema social global (político, económico, etc.) do nosso País.

Além, o próprio sistema educativo de um país não é apenas o seu sistema escolar (e, dentro deste, o do ensino superior), pois inclui outros agentes educativos: a Igreja, a família, associações várias (de escritores e artistas, etc.), os meios de comunicação colectiva (mass media), etc. — em que a cir-

culação aos sistemas económico e político é maior ou menor.

Qual poderá ser, então, o papel activo destes agentes educativos no actual debate público? Quais os estatutos jurídicos e as estruturas socioculturais de que dispõem para articular e promover a perspectivização das suas responsabilidades e expectativas quanto ao processo educativo?

Limitando-nos, porém, ao sistema escolar — oficialmente dependente da responsabilidade do M. E. N. — é visível, nas medidas agora previstas, a preocupação de contribuir para uma mobilidade social ascendente mais ampla, facilitada (se não pelas desvantagens da origem social da base de recrutamento estudantil), pelo menos por uma expansão das oportunidades educativas e por uma melhor interdependência das canais institucionais de acesso aos níveis superiores do ensino.

ANÁLISE DA ESTRUTURAÇÃO

Além aqui, essencial, porém em causa as relações entre a expansão educativa e o desenvolvimento socioeconómico. Assim, a expansão das oportunidades educativas pode ser reflexo da procura crescente de pessoal especializado, no mercado de trabalho, requerida pela «modernização» (pressões industriais e administrativas).

E o aumento da oferta de pessoal qualificado (pelo sistema escolar) pode actuar como estímulo do crescimento económico. Mas o mesmo sistema escolar pode não produzir o número e o tipo de pessoas necessários para o funcionamento do sistema social global. Daí a importância da definição dos papéis sociais para que se irão preparar estas pessoas e das qualidades que lhes são requeridas para os exercerem.

Ora se se trata de desenvolver o espírito de iniciativa e de risco calculado, bem como a eficiência técnica. Necessária é participação responsável em centros de decisão e, ao exercício de ócio criadores (isto é, não dirigidos), é óbvio que eles terão de ser promovidos e assegurados (a nível docente e discente) através das instituições escolares e circum-escolares a reformar. Daí a importância de uma

análise da estruturação (funcional e hierárquica) dos órgãos de governo das instituições educativas e dos critérios que consagram a sua autonomia (administrativa e financeira pedagógica e científica).

Não menos importante (e afim) será a análise das resistências institucionais à reforma (ou à sua efectivação), enquanto possam impedir das estruturas de autoridade preexistentes e do peso cumulativo das decisões preformatas e do seu condicionamento extra-escolar.

Um último problema, posto pela lógica das relações entre o sistema escolar e o sistema social global: deveremos consolidar pelo reconhecimento do papel passivo do sistema escolar em face das pressões sociais, ou a educação pode contribuir, activamente para a mudança social? E como? Pelo poder da investigação inovadora e da inclinação social de novas ideias e conhecimentos? Pela consequência do escocamento, no sistema ocupacional e na vida cívica, dos representantes de uma consciência prospectiva e crítica fomentada no interior de instituições autónomas?

O círculo completa-se e os pontos decisivos reaparecem, na lógica do sistema. Análise



Dr. Vitor Matos (e Sá)
— Contribuir para uma mobilidade social

são-las, in concreto, será a melhor maneira de medirmos, construtivamente, a viabilidade de uma reforma que confie na relação entre cul-

tura e liberdade e vê no povo o seu alvo e o seu mediador objectivo — como se pode concluir das palavras do sr. ministro da Educação.



**COIMBRA:
DA CRIGE
À REFORMA**

O DIVÓRCIO ESCOLA/ALUNO

— CAUSA DOS MOVIMENTOS ESTUDANTIS

PRÓSSEGUINDO o debate aberto acerca da reforma do ensino, desejado, em termos claros, pelo prof. Velga Simão, publicamos hoje o depoimento do prof. dr. Teixeira Ribeiro, catedrático da Faculdade de Direito de Coimbra.

Pedem o «Diário de Lisboa» que me pronuncie, em poucas palavras, sobre o projecto de reforma do ensino que o ministro da Educação Nacional submeteu à apreciação do País.

Ora, nas suas linhas gerais, eu estou de acordo com a reforma. Põe juízo a capis de contribuir poderosamente para o desenvolvimento da frota, economia, a divulgação da cultura, o progresso da ciência. E como se trata duma reforma radical — duma reforma que rompe com muitas das ideias antiquosentas que têm estruturado e orientado o ensino nas últimas décadas de anos — o ministro Velga Simão não está de parabéns apenas por a ter concebido, também o está por ter tido ânimo para a apresentar.

Claro que a reforma terá de vencer muitas dificulda-



*Prof. dr. Teixeira Ribeiro
— Romper com ideias
anchilozantes*

des para ser devidamente executada. É preciso tempo. É preciso dinheiro. É preciso que os professores, os investigadores e os alunos se com-

• Depoimento do prof. TEIXEIRA RIBEIRO

penetrem do seu espírito de renovação. E é preciso, ainda, que o contexto social permita o cultivo desses valores supremos da ciência e do ensino, que são o amor à verdade, a liberdade de crítica, a tolerância. Só assim, com efeito, é que as escolas, sobretudo as de nível superior, se poderão transformar em ativas comunidades de trabalho.

Mas é precisamente a propósito das escolas de nível superior, das Universidades, que me parece claudicante o projecto da reforma. Como é que hão-de as Universidades transformarem-se em comunidades de trabalho se não se garante aos alunos uma conveniente participação nos seus órgãos de governo? Segundo o projecto, os representantes dos alunos não terão assento permanente no conselho universitário (apenas poderão ser convocados sempre que estejam em causa assuntos do seu directo interesse), quando é àquele

conselho que compete traçar as grandes linhas de orientação da vida da Universidade. Ainda, segundo o projecto, não haverá representantes dos alunos nos conselhos directivos, quando a estes pertence, além de dirigir, fiscalizar a vida da Universidade ou da respectiva Faculdade. Nem está, pelo projecto, garantida aos estudantes a participação na votação dos três nomes de professores catedráticos, dentre os quais o ministro há-de escolher o reitor da Universidade ou o director da Faculdade.

Mas, então, ainda não se reparou em que uma das causas — e das mais relevantes — dos nossos movimentos estudantis é o divórcio entre as escolas e os alunos, é o facto de os alunos não terem voz em matéria de orientação e governo das escolas? Julga-se, porventura, suficiente dar-lhes — como se prevê — representação nos conselhos académicos, isto é, chamá-los apenas a cooperar na resolução dos problemas pedagógicos e culturais?

A isso acresce que se confia às próprias Universidades a elaboração do projecto dos seus estatutos. Confia-se, pois, a elaboração desse projecto às Universidades actuais, aos actuais Senados. Mas esquece-se, então, que não há nestas representação dos estudantes, e nem sequer representação adequada dos professores e dos assistentes?

És aqui as observações de maior teor que me sugere uma primeira leitura dos textos da reforma.